

02

ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

GABINETE DO DEPUTADO TERERÊ

INDICATIVO

PROJETO DE LEI Nº 14

TERESINA 02 DE ABRIL DE 2009

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 02 / abril / 2009

1º Secretário

Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de, no mínimo, 5% (cinco por cento) de empregados com mais de quarenta anos pelas empresas públicas, inclusive na contratação de serviços para fornecimento de mão-de-obra.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ DECRETA:

ART. 1º - A administração direta e indireta integrante da estrutura do governo do Piauí, ficam obrigadas a manter no quadro de empregados no mínimo 5% (cinco por cento) de pessoas com idade acima de quarenta anos, obedecido o princípio do concurso público.

ART. 2º - Nas licitações para contratação de serviços que incluam o fornecimento de mão-de-obra constará cláusula que assegure o mínimo de 10% (dez por cento) das vagas a pessoas com mais de quarenta anos.

ART. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a
Kênia Dantas E. Carvalho
Diretora Legislativa

JUSTIFICATIVA

A situação de desemprego é tanto mais grave quanto mais alta a faixa etária. Por terem em geral uma condição familiar mais estabelecida, possuem obrigações urgentes e inadiáveis. São pessoas responsáveis pelo sustento de menores de idade, com maior dificuldade de mobilidade no emprego, o que lhes restringe as chances de encontrar um trabalho.

O desemprego nessa faixa etária é especialmente dramático. O chefe de família fica moralmente abatido, fazendo surgir uma situação traumática para todos na casa.

Esperamos que, com o apoio dos nobres parlamentares, possa esta casa facilitar o acesso dessas pessoas aos quadros do Piauí, para que dêem sua contribuição ao serviço público, com sua experiência, e, principalmente, para que se amenize esse drama social, que é o desemprego na meia idade.

SALA DAS SESSÕES, PIAUÍ 02 DE ABRIL DE 2009.
DEPUTADO ESTADUAL TERERÊ
PSDB – PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA



TERERÊ
Dep. Estadual



Assembleia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RÚBRICA <i>Matatunda</i>	FLS Nº <i>04</i>
ANEXOS <i>01</i>	NÚMERO <i>AC 733/09</i>

DIRETORIA LEGISLATIVA

JUNTA DA

Publicação de matéria

de *02* laudas.

Em *07/04/09*

[Assinatura]
funcionário

José Magalhães Alves Barbosa Júnior
Chefe do Setor de Publicação

DIV. DE APOIO LEGISLATIVO

Encaminhe-se à *Redação*
de *Ass*

Em. *07/04/09*

[Assinatura]
Conceição de Maria Dália Campaio
Chefe da Div. de Apoio Legislativo

Assembleia Legislativa
Encaminhe-se à <i>Comissões</i>
<i>Técnica</i>
Em <i>08/04/2009</i>
<i>[Assinatura]</i>
Conceição de Maria Dália Campaio
Chefe do Núcleo Técnico de <i>Ass</i>

ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

GABINETE DO DEPUTADO TERERÊ

AL
AL 733/09
07 04 09
Projeto de Lei
Ana Loures
Matrícula

PROJETO DE LEI Nº 36

TERESINA 02 DE ABRIL DE 2009

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 02 / abril / 2009

1º Secretário

Dispõe sobre a
obrigatoriedade de contratação
de, no mínimo, 5% (cinco por
cento) de empregados com mais
de quarenta anos pelas empresas
públicas, inclusive na
contratação de serviços para
fornecimento de mão-de-obra.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ DECRETA:

ART. 1º - A administração direta e indireta integrante da estrutura do governo do Piauí, ficam obrigadas a manter no quadro de empregados no mínimo 5% (cinco por cento) de pessoas com idade acima de quarenta anos, obedecido o princípio do concurso público.

ART. 2º - Nas licitações para contratação de serviços que incluam o fornecimento de mão-de-obra constará cláusula que assegure o mínimo de 10% (dez por cento) das vagas a pessoas com mais de quarenta anos.

ART. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a
Kênia Dantas E. Carvalho
Diretora Legislativa

JUSTIFICATIVA

A situação de desemprego é tanto mais grave quanto mais alta a faixa etária. Por terem em geral uma condição familiar mais estabelecida, possuem obrigações urgentes e inadiáveis. São pessoas responsáveis pelo sustento de menores de idade, com maior dificuldade de mobilidade no emprego, o que lhes restringe as chances de encontrar um trabalho.

O desemprego nessa faixa etária é especialmente dramático. O chefe de família fica moralmente abatido, fazendo surgir uma situação traumática para todos na casa.

Esperamos que, com o apoio dos nobres parlamentares, possa esta casa facilitar o acesso dessas pessoas aos quadros do Piauí, para que dêem sua contribuição ao serviço público, com sua experiência, e, principalmente, para que se amenize esse drama social, que é o desemprego na meia idade.

SALA DAS SESSÕES, PIAUÍ 02 DE ABRIL DE 2009.
DEPUTADO ESTADUAL TERERÊ
PSDB – PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA



TERERÊ
Dep. Estadual



Assembléia Legislativa

ao Presidente da Comissão de

Justiça

para os autos de

em 13 04 03

eloago

Assessoria de Comunicação Social

Unidade de Registro e Arquivo

Assessoria de Comunicação Social

13 05 2003

Assessoria de Comunicação Social

Unidade de Registro e Arquivo



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
RELATOR DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO FÉLIX

PROJETO DE LEI Nº 016 / 2009

PROCESSO AL 0374 / 2009

AUTOR: DEPUTADO ESTADUAL TERERÊ

RELATOR: DEPUTADO ESTADUAL ANTÔNIO FÉLIX

RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 036/2009, de 02 de abril de 2009 (Processo AL-733/09), de autoria do Deputado Tererê, que ***Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de, no mínimo 5% (cinco por cento) de empregados com mais de quarenta anos pelas empresas públicas, inclusive na contratação de serviços para fornecimento de mão-de-obra.***

A proposição passa por esta Comissão de Constituição e Justiça, para se verificar sua legalidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa.

PARECER

O objetivo do projeto em pauta, de autoria do Deputado Tererê, visa recolocar no mercado de trabalho, homens e mulheres com 40 anos ou mais e que tem devido a idade grandes dificuldades em arrumar emprego.

A referência constitucional condizente à igualdade de direitos e obrigações, contida no art. 5º, da CF.

Como se pode observar, a proposição inova acerca de matéria de órbita constitucional, em sede ordinária.

Mencione-se que a proposição legislativa, segundo a ótica do autor, tenta dirimir desigualdades, tendo por base a idade. Vale salientar que as empresas privadas, alvo da proposição, seguem a regra da livre iniciativa conferida pela Carta Magna.

Por sua vez, o outro princípio citado no parecer, o princípio da igualdade, é um dos pilares fundamentais da democracia. A Constituição de 1988 abre o capítulo dos Direitos individuais com o princípio de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (art. 5º, caput).

Entretanto, reforça o referido princípio constitucional, outras normas sobre a igualdade de oportunidades ou buscando a igualização dos desiguais pela outorga de direitos sociais e substanciais.



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
RELATOR DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO FÉLIX

Ademais, esta relatoria observa que o presente projeto de Lei deverá ser modificado, passando a ser tratado como Indicativo de Projeto de Lei.

III – VOTO DO RELATOR

Segundo as normas regimentais desta Casa Legislativa, a proposição em análise colocada à apreciação evidencia a tentativa de se igualizar os desiguais, ou seja, buscar resgatar para o mercado de trabalho, homens e mulheres que são por muitas vezes recusados por conta da idade. Portanto é de grande valia a intenção do autor.

Face ao exposto, sou **FAVORÁVEL** ao presente **Projeto de Lei nº 0036, de 02 de Abril de 2009 (Processo AL-0733 / 2009)**, de autoria do Deputado Estadual Tererê, que deverá seguir seu trâmite normal, sendo a partir desta comissão considerado como **INDICATIVO DE PROJETO DE LEI**.

IV – PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir:

() Pelo **ACATAMENTO do Voto do Relator**, apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

() Pela **REJEIÇÃO do Voto do Relator**, apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

Sala das Comissões Técnicas
Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

Teresina (PI), ____ de ____ de 2009

DEPUTADO ANTONIO FÉLIX
RELATOR

APROVADO A
em, 04/07/09
Presidente da Comissão de
Justiça